

LIVROS

José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*

João Alfredo dos Anjos

Não existia até agora estudo sistemático da dimensão externa da obra daquele que é recordado quase exclusivamente pelo papel que desempenhou como Patriarca da Independência na área interna.

Por Rubens Ricupero**

Aliás, faz falta uma grande biografia de José Bonifácio de Andrada e Silva, capaz de atualizar, com o olhar do nosso tempo, a obra clássica de Octávio Tarquínio de Sousa publicada pela primeira vez em 1948 e parte da série da *História dos Fundadores do Império do Brasil*.

Somente por isso o autor traz já uma contribuição relevante para a historiografia e o pensamento diplomático brasileiros. Logo no início fica claro o objetivo: “O foco do estudo é a gestão ministerial de Bonifácio, entre janeiro de 1822 e julho de 1823. Suas propostas e sua ação são analisadas sob a ótica de uma hipótese de trabalho: a de que o reconhecimento da Independência era importante para o chanceler, mas desde que respeitadas a unidade territorial do Brasil e sua soberania plena” (Introdução, p. 16).

A prioridade atribuída ao reconhecimento deriva do enfoque habitual da História Diplomática brasileira. Esta sempre considerou a questão do reconhecimento e a do fim do tráfico – que cedo se tornou quase inseparável da primeira, ao menos aos olhos da Grã-Bretanha – como os dois principais desafios internacionais com que se defrontou o país recém-independente.

Será preciso esperar até 1850, pela Lei Eusébio Queirós Matoso da Câmara, a liquidação final do tráfico, para dobrar em definitivo a página da etapa inicial da diplomacia

* Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007, 424 págs.

brasileira, abrindo-se, com Paulino José Soares de Sousa, a fase seguinte, a das chamadas “intervenções no Prata”.

Se o reconhecimento é o primeiro problema diplomático nacional, não deixa de causar alguma surpresa a afirmativa, várias vezes repetida no texto, segundo a qual José Bonifácio o considerava um “falso problema”. Explica-se: para ele, o reconhecimento seria a imposição dos fatos. Cedo ou tarde, teria de vir, em decorrência do peso dos interesses comerciais. Não haveria razões, portanto, para que o país pagasse, por medida em última análise inevitável, um preço exorbitante em termos de concessões comerciais ou políticas.

Essa posição teria sido “obscurecida pela historiografia tradicional, que se dedicou ao problema do reconhecimento e dos acordos decorrentes da negociação desastrosa levada a cabo pelos sucessores de Bonifácio”.

Armado dessa hipótese de trabalho, João Alfredo dos Anjos a utilizou como chave para a “leitura e sistematização da documentação”, restabelecendo a hierarquia da atuação diplomática na base da “própria prioridade estabelecida” pelo Patriarca. Tais prioridades consistiriam, em primeiro lugar, na organização da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Passariam, em seguida, pelas relações com Buenos Aires, primazia, observa o estudo, que parece natural em nossos dias, mas não o era na época.

Só depois de assegurar-se um mínimo de meios de ação (organização) e de instituir as fundações do “eixo das relações de relativa simetria de poder” (os vínculos com Buenos Aires), o ministro se voltaria para a questão do “eixo de relações assimétricas de poder”, a começar pela potência predominante no mundo e no Brasil, a Grã-Bretanha (as expressões descritivas dos dois eixos são minhas, não do autor).

Os capítulos se sucedem então numa ordem de prioridade decrescente: as relações com a França, a Áustria e os Estados alemães, e com os Estados Unidos da América. Antecedido pelo panorama internacional da época da Independência, o estudo termina pelo balanço da atuação de José Bonifácio, com destaque para a unidade do território e a organização das Forças Armadas como sustentáculos do nascente poder brasileiro.

O livro demonstra cabalmente a tese a que se propôs: o pensamento de José Bonifácio, fundado em projeto coerente para o Brasil do futuro, conserva para a diplomacia nacional uma perene atualidade. Essa perenidade decorre de avaliação realista do poder e da importância do país bem como dos princípios orientadores adotados pelo ministro: a defesa da soberania, autonomia e unidade do território, valores permanentes da política externa do Brasil (em contraste com os interesses dinásticos e pessoais que predominariam logo após sua saída). O Manifesto aos governos e Nações Amigas, de 6 de agosto de 1822, antes do Ipiranga, pode, a justo título, ser considerado a Ata de Fundação da diplomacia brasileira.

Lembrem-se, a propósito, as palavras do jovem crítico Alceu de Amoroso Lima em ensaio de 1924: “Foi-se vendo pouco a pouco (...) que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa, antes de ter Povo. Tivera Parlamentarismo, antes de ter eleições. Tivera escolas superiores, antes de ter educação popular (...) *Tivera conceito exterior, antes de ter consciência interna*” (grifado por mim).

Já se disse acima que a obra vem preencher uma lacuna. A contribuição à historiografia não se deve apenas à primazia de estudo dedicado a esse aspecto do legado de José Bonifácio. Ele não foi somente o primeiro chanceler do Brasil, como Quintino Bocaiúva viria a ser o primeiro da República. Seu caso foi absolutamente excepcional, jamais igualado depois: um ministro do Exterior que era, ao mesmo tempo, virtual primeiro-ministro, ministro do Interior (do Reino), da Guerra, da Marinha, concentrando quase todos os poderes. O que lhe permitia, por exemplo, dar execução imediata, na área doméstica, ao que decidia na esfera externa (há exemplo disso no texto).

O momento era também excepcional: o nascimento do país como ator no sistema internacional, a independência política, que se deve mais a Bonifácio do que a qualquer outro. Comparada à direção de Rio Branco, foi curta a gestão do Patriarca: dezoito meses apenas. Todavia, em intensidade e densidade ela compensa o que lhe possa faltar em duração. Aliás, os *turning points*, as rupturas históricas, são em geral breves: as revoluções não podem durar para sempre.

Como se isso não bastasse, o ministro era também personalidade de exceção, dotado de cultura científica de primeira ordem, rara entre os contemporâneos. Foi o único dos grandes libertadores das Américas que não era general nem jurista, mas homem de ciência. Sua visão de Brasil antecipava um futuro sem escravidão, com imigração europeia de trabalhadores livres, crédito do Banco do Brasil para fomentar a economia de pequenos e médios empreendedores, distribuição de terras, promoção da educação, com ênfase na científica.

Não foi sem motivos que, na última conferência que fez em Paris, em novembro de 1990, poucas semanas antes de sua morte, o inesquecível José Guilherme Merquior passava em revista a história dos projetos, dos sonhos, de Brasil, começando pelo Projeto José Bonifácio.

Todas essas poderosas razões se encontram bem expostas e defendidas em trabalho que valoriza na justa medida a figura e a herança diplomática do Patriarca. O aproveitamento e o desenvolvimento do tema de forma rica e variada já estão implicitamente reconhecidos em alguns dos comentários precedentes. A divisão em capítulos é equilibrada, cada elemento correspondendo em extensão à importância relativa do assunto dentro do contexto global, sem extremos exagerados ou indesejáveis de extensão ou brevidade.

É digna de nota a articulação fluida e natural dos capítulos, que se encaixam uns aos outros de modo espontâneo e complementar. A introdução e o esboço do cenário histórico dentro do qual se vai desenrolar

a Independência foram formulados na proporção certa, da mesma forma que o capítulo final e as conclusões.

Do ponto de vista do tempo para tentar dar ao governo realidade à sua visão interna e externa de Brasil, o Andrada foi um perdedor. Não na definição da Independência como ruptura, em vez de interlúdio temporário até que se derrotassem os liberais portugueses e se pudesse retomar a união dinástica dos dois reinos. Mas em todo o resto.

O reconhecimento, que só viria dois anos após a demissão de Bonifácio, passou a ser o ponto de partida da História Diplomática, relegando-se o que tinha ocorrido antes a notas ao pé da página. A família intelectual que dominou a historiografia brasileira, cujo paradigma, fixado por Varnhagen e ilustrado por Rio Branco, é o da continuidade, sempre julgou que o Tratado de Reconhecimento de 1825 e as concessões feitas a ingleses e lusitanos eram inevitáveis e talvez até desejáveis. Contra tal postura, de pouco valeu a vigorosa oposição de contemporâneos e de historiadores posteriores como Oliveira Lima ou José Honório Rodrigues.

É contra esse pano de fundo que vem o autor declarar que o reconhecimento era um falso problema e razão tinha Bonifácio ao primeiro concentrar as energias em plasmar o instrumento da diplomacia e em lançar as bases da relação com Buenos Aires. Pode-se testar a hipótese, sobretudo no que tange a certas contradições inerentes à busca de entendimento com os portenhos sem disposição de abrir mão da Cisplatina. Não se pode, contudo, pôr em dúvida a originalidade do novo olhar, mesmo que seja preciso matizar um pouco as coisas.

A metodologia é um dos pontos altos do trabalho e a forma adotada, a da história narrativa, descritiva, sem prejuízo da identificação e discussão dos problemas, afigura-se a mais conveniente para captar a complexidade da situação. Vale realçar o entrosamento entre o enfoque cronológico e o temático, obedecendo a narrativa a uma sequência temporal dentro de cada segmento em que foi dividido o tema geral.

A tese revela profundo domínio do assunto até em pormenores. Sua linguagem é clara, objetiva, sem rebuscamentos inúteis. Possibilita leitura agradável, fluente, despida de obscuridades ou esnobismos.

O que mais permanece da leitura atenta do texto, com lápis na mão e disposição de ler com olhos de revisor e paciência de verificar nota a nota, é a convicção de que o autor mergulhou fundo no tema, a ponto de adquirir e transmitir certa empatia com o personagem e sua obra. Longe de ser defeito, é uma qualidade, quando justificada, como no presente caso, por muitos e sólidos argumentos.

É indiscutível a erudição, demonstrada de modo farto e satisfatório nas numerosas e substanciosas notas, que dão amparo praticamente a cada linha e são situadas no final de cada parágrafo. A bibliografia é rica, completa, quase diria exaustiva. Vê-se que as fontes foram examinadas, cotejadas com outras, avaliadas e julgadas de maneira pertinente. A iconografia contribui para aumentar o prazer com que se lê este primoroso texto.

Em conclusão, o estudo revela não só erudição, rigor universitário e científico, objetividade avessa ao impressionismo ensaístico. Perpassa pela narrativa, do início ao fim, uma genuína vocação de historiador, da qual é lícito esperar outros estudos que enriqueçam a História Diplomática do Brasil.

**** Rubens Ricupero** foi secretário-geral da UNCTAD e ministro da Fazenda e do Meio Ambiente do Brasil.